

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

OLHOS QUE ENQUADRAM, IMAGENS QUE CONSTROEM: A CONSTRUÇÃO IMAGÉTICA DA REFORMA AGRÁRIA NO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO (1984-2014)

Paulo Henrique Dantas Pita

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13201>

Submetido em: 2025-09-06

Postado em: 2025-09-08 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

OLHOS QUE ENQUADRAM, IMAGENS QUE CONSTROEM: A CONSTRUÇÃO IMAGÉTICA DA REFORMA AGRÁRIA NO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO (1984-2014).

PAULO HENRIQUE DANTAS PITA

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6212-0196>

<paulohenrique.ba@gmail.com>

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

Resumo: Este artigo analisa a representação imagética da questão agrária no jornal O Estado de S. Paulo (OESP) entre 1984 e 2014, com foco em como fotografias, ilustrações e charges contribuíram para a construção simbólica da questão agrária. A pesquisa partiu de um corpus de cerca de 500 imagens, examinados por meio da análise de enquadramento e da análise de conteúdo. O estudo identificou quatro enquadramentos predominantes: moral, econômico, jurídico e político. O enquadramento moral associou os sem-terra à desordem, à ociosidade e à ameaça aos valores tradicionais, apresentando imagens que ridicularizam ou desumanizam a luta pela terra. O econômico contrapôs a reforma agrária ao agronegócio, representando este último como motor da modernização e do progresso, enquanto o MST aparecia como entrave improdutivo e irracional. O enquadramento jurídico destacou a ilegalidade das ocupações e a centralidade da propriedade privada, criminalizando o movimento por meio de imagens de despejos e confrontos policiais. Já o político vinculou o MST a ideologias radicais e subversivas, retratando-o como massa manipulada ou ameaça à democracia. A análise mostra que o OESP não atuou como mediador imparcial, mas como ator político alinhado às elites agrárias. Ao mobilizar imagens carregadas de estigmas e metáforas visuais de ameaça, o jornal construiu o sem-terra como “outro” perigoso, grotesco ou militarizado, reforçando o medo social e legitimando a repressão. Assim, a cobertura jornalística consolidou-se como parte de uma cruzada simbólica contra a reforma agrária, evidenciando que a questão fundiária é também uma disputa de narrativas.

Palavras-chave: representação imagética, o Estado de S. Paulo, questão agrária, enquadramento midiático, MST.

EYES THAT FRAME, IMAGES THAT CONSTRUCT: THE IMAGETIC CONSTRUCTION OF AGRARIAN REFORM IN THE NEWSPAPER O ESTADO DE S. PAULO (1984–2014).

ABSTRACT: This article analyzes the visual representation of the agrarian question in the newspaper *O Estado de S. Paulo* (OESP) between 1984 and 2014, focusing on how photographs, illustrations, and cartoons contributed to the symbolic construction of agrarian issues. The research was based on a corpus of about 500 images, examined through framing analysis and content analysis. The study identified four predominant frames: moral, economic, legal, and political. The moral frame associated landless workers with disorder, idleness, and threats to traditional values, presenting images that ridiculed or dehumanized the struggle for land. The economic frame contrasted agrarian reform with agribusiness, portraying the latter as a driver of modernization and progress, while the MST appeared as an unproductive and irrational obstacle. The legal frame highlighted the illegality of occupations and the centrality of private property, criminalizing the movement through images of evictions and police confrontations. The political frame linked the MST to radical and subversive ideologies, depicting it as a manipulated mass or a threat to democracy. The analysis shows that OESP did not act as an impartial mediator, but as a political actor aligned with agrarian elites. By mobilizing images loaded with stigma and visual metaphors of threat, the newspaper constructed the landless as a dangerous, grotesque, or militarized “other,” reinforcing social fear and legitimizing repression. Thus, journalistic coverage consolidated itself as part of a symbolic crusade against agrarian reform, demonstrating that the land issue is also a struggle over narratives.

Keywords: imagery representation, o Estado de S. Paulo, agrarian issue, media framing, MST.

INTRODUÇÃO

A desigualdade fundiária no Brasil tem raízes profundas no período colonial, consolidando-se ao longo dos séculos como um processo de concentração de terras e de poder econômico e político nas mãos de poucos. As barreiras históricas ao acesso à terra empurraram amplas parcelas da população para a marginalização social, originando um expressivo contingente de excluídos, conhecidos como “sem-terra”, cuja principal bandeira

é a reforma agrária. Trata-se, portanto, de uma demanda que permanece em disputa permanente, refletindo tensões históricas e interesses conflitantes, intensamente politizada e transformada em objeto de embates simbólicos e narrativos, sobretudo nos meios de comunicação.

Os processos resultantes da histórica concentração fundiária e de um desenvolvimento excludente no mundo rural brasileiro resulta naquilo que é conhecido como 'Questão Agrária'. Segundo Fernandes (2021), a questão agrária decorre das contradições do desenvolvimento capitalista, marcado historicamente pela concentração fundiária, pela expropriação e pela exclusão dos camponeses. No Brasil, esse processo estabelece uma tensão permanente entre o modelo agrícola voltado para a exportação e as necessidades de sobrevivência da massa trabalhadora do campo, gerando resistências expressas em lutas pela terra, pela reforma agrária e por condições dignas de trabalho. Peixoto (2017) acrescenta que esse não é apenas um problema de distribuição de terras, mas um desafio estrutural da formação social brasileira, que envolve dimensões mais amplas, como cidadania, justiça social, sustentabilidade e desenvolvimento rural.

De acordo com essa perspectiva, a questão agrária constitui um tema central das ciências sociais, refletindo disputas em torno do meio ambiente, da exploração econômica, da violência e das recorrentes tentativas de reforma agrária. Para compreender os desafios atuais, é imprescindível analisar o passado, que moldou a persistente concentração de terras e ajuda a explicar o fracasso dos projetos de reforma agrária.

Como sintetiza Fernandes (2021), os movimentos camponeses e suas entidades organizativas desenvolveram diferentes formas de mobilização – ocupações, marchas e ações voltadas à efetivação da reforma agrária –, que, entretanto, enfrentam a expansão do agronegócio, os modelos hegemônicos de produtividade e a ampliação das fronteiras agrícolas. Esses processos são sustentados por um sólido aparato político articulado pelas elites rurais, cuja atuação tem sido decisiva no bloqueio de transformações estruturais no campo.

Nesse contexto, salienta-se que a questão agrária também está envolta de narrativas midiáticas e construções simbólicas dos meios de comunicação. O papel da mídia na questão agrária ultrapassa a simples função de informar. Ao narrar conflitos, selecionar imagens e definir enquadramentos, os meios de comunicação participam ativamente da disputa simbólica em torno da terra. Trata-se de uma arena em que não apenas se reportam fatos, mas também se constroem memórias, percepções e sentidos que se consolidam no

imaginário social (LERRER, 2003). Nesse processo, a imprensa pode tanto reforçar estigmas quanto abrir brechas para interpretações alternativas, revelando sua natureza ambivalente como campo de tensões.

Nessa esfera, a representação midiática da questão agrária e dos movimentos sociais que a protagonizam, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, desempenha papel crucial. As imagens veiculadas pelos jornais não apenas registram eventos, mas moldam percepções, memórias e sentidos, contribuindo para a construção simbólica da terra como problema social e político no Brasil. Este artigo parte desse cenário para analisar a representação imagética da questão agrária no jornal *O Estado de S. Paulo* (OESP) entre os anos de 1984-2014, investigando de que maneira a visualidade – fotografias, ilustrações e charges – contribui para fixar determinados enquadramentos e significados.

Assim, o objetivo central deste estudo é discutir como as imagens veiculadas no jornal OESP atua como elemento de poder na disputa pela legitimidade da questão agrária, sobretudo na reforma agrária. Para tanto, parte-se da identificação de quatro enquadramentos principais presentes na cobertura do *O Estado de S. Paulo*. Trata-se de refletir sobre o papel da mídia na mediação simbólica da luta pela terra, destacando a maneira como recursos visuais constroem percepções coletivas e se inscrevem na memória social do país.

A escolha do jornal *O Estado de S. Paulo* (OESP) como objeto de análise não é aleatória. Com uma trajetória de 150 anos, o veículo se destaca por sua profunda inserção na elite agrária, especialmente a paulista. Mídias com origem na elite rural, como é o caso do OESP, investem na construção de uma imagem positiva de seus investidores e acionistas rurais. A própria história do jornal, aqui escolhido para análise, está intrinsecamente associada à elite rural e política paulistana (SEVERIANO, 2012). Sua longevidade e influência conferem-lhe o status de observatório privilegiado para investigar as transformações e permanências nas representações midiáticas de temas sensíveis. O jornal é, inclusive, porta-voz da Sociedade Rural Brasileira (SRB) e foi uma das instituições fundadoras da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) (POMPEIA, 2021).

Outro aspecto relevante da pesquisa com os meios de comunicação é o fato de que as relações sociais e de poder são mediadas e disputadas por eles. A mídia não é apenas um espaço de difusão de temas; ela é também um dos atores em disputa por influência no jogo político (FRANSCISQUINI, 2008). A capacidade de agendar temáticas e construir informações faz dos meios de comunicação um agente capaz de pautar a ordem do dia, silenciar grupos, mediar relações políticas, fiscalizar e pressionar os três poderes da

República. A mídia é popularmente conhecida no Brasil como o "quarto poder", demonstrando sua atuação extra institucional.

A trajetória histórica do *OESP* é marcada por participações ativas e singulares em muitos episódios marcantes da história brasileira. Pode-se citar a atuação do jornal pela instauração da República e pelo abolicionismo. Além disso, é salutar destacar o empenho na articulação da Revolução Constitucionalista de 1932 e no golpe de 1964. Este último contou com papel crucial da família Mesquita, que recomendou quadros para a ditadura empresarial-militar e participou da redação de atos institucionais do regime (SEVERIANO, 2012). Em 2016, o *OESP* foi favorável ao golpe, clamando pela destituição da presidente Dilma Rousseff em editorial¹ intitulado "Impeachment é o melhor caminho".

No que se refere à teoria, a lente analítica do presente estudo são os enquadramentos midiáticos, conceito central nesta investigação que transcende a mera descrição ou quantificação do conteúdo jornalístico. O conceito busca compreender como a mídia seleciona, organiza e apresenta a realidade, atribuindo-lhe significados específicos. A presente tese, portanto, não se limita a identificar o que foi noticiado, mas sim como foi noticiado. Foram descobertos cinco enquadramentos preferenciais que o jornal utilizou para abordar a reforma agrária: 1- Enquadramento Moral: Apresenta a reforma agrária como uma ameaça à ordem tradicional, à família, à moralidade e aos valores simbólicos ligados à terra, como honra, tradição e trabalho. Os sem-terra são retratados como desordeiros ou desviantes, enquanto os latifundiários são romantizados como herdeiros legítimos de um patrimônio cultural e afetivo.

2- Enquadramento Econômico: Contrapõe a reforma agrária ao modelo produtivista do agronegócio, representando o agro como motor do desenvolvimento nacional, da modernização e da salvação da balança comercial. Nesse discurso, a redistribuição da terra aparece como ineficiente, arcaica e incompatível com os imperativos do mercado.

3- Enquadramento Jurídico: Demoniza as ocupações de terra como práticas ilegais e criminosas, deslegitimando os movimentos sociais e enquadrando suas ações como transgressões da lei. Há ênfase na defesa incondicional da propriedade privada como pilar da democracia e da civilização.

¹ Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opiniao/impeachment-e-o-melhor-caminho/>. Acesso em 30. jul. 2025.

4- Enquadramento Político: Representa a reforma agrária como um projeto ideológico radical, associado à subversão, ao comunismo e à ameaça à democracia. Os movimentos sociais são tratados como massas manipuladas, e seus aliados políticos, como oportunistas que instrumentalizam a causa por fins eleitoreiros.

Conforme exposto, a cobertura da mídia revela-se ampla e multifacetada, abrangendo tanto temas diretamente relacionados à reforma agrária quanto outros que a atravessam de forma tangencial, extrapolando o escopo da política pública em si. O *OESP* se encarrega de atribuir à temática valores morais, referências tradicionais e interpretações que vão além da dimensão técnica da reforma, compondo, assim, uma complexa teia argumentativa.

A multiplicidade de enquadramentos adotados pelo jornal evidencia sua capacidade de apreender os diversos elementos que orbitam a questão agrária e articular discursos sobre eles. Não se pode negar que *O Estado de S. Paulo* demonstra conhecimento dos meandros e da complexidade que envolvem o tema. É justamente por isso que se engaja em uma cruzada persistente contra a reforma agrária, marcada por durabilidade, intensidade e abrangência temática. Trata-se de uma oposição sistemática, sustentada por argumentos que transitam entre diferentes campos — do moral ao econômico, do jurídico ao ambiental — compondo uma narrativa robusta e estrategicamente orientada à deslegitimação dessa agenda.

1. METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma base de 3.000 documentos extraídos do *Acervo Estadão*, entre 1984 e 2014. A coleta foi realizada por meio de um script de *web scraping*, técnica que permite extrair dados de páginas eletrônicas. O procedimento automatizou o download das matérias, obedecendo ao critério de selecionar textos que continham os termos: “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra”, “Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra”, “MST”, “Movimentos de Trabalhadores Sem-Terra”, “Movimento Sem-Terra” e “Sem-Terra”.

Entre os documentos analisados, foram identificadas aproximadamente 500 imagens — fotografias, charges e ilustrações — vinculadas a editoriais, reportagens, notas e colunas sobre a questão agrária no *O Estado de S. Paulo*. Assim, o corpus da pesquisa articula textos e representações visuais, permitindo investigar a dimensão simbólica da cobertura jornalística.

Para a análise, combinou-se a Análise de Enquadramento (AE) e a Análise de Conteúdo (AC). O enquadramento, amplamente utilizado nas ciências sociais e na comunicação, refere-se aos padrões de seleção, ênfase e organização que estruturam narrativas midiáticas, destacando certos aspectos da realidade em detrimento de outros

(PORTO, 2004; ENTMAN, 1993). Embora mais comum em estudos textuais, esse conceito também é produtivo para compreender imagens jornalísticas, pois fotografias, charges e ilustrações são escolhas editoriais que condensam significados, produzem sentidos e intervêm nas disputas simbólicas em torno da reforma agrária.

A grande quantidade de material e a variedade de gêneros exigiram procedimentos de sistematização. Nesse ponto, a AC mostrou-se indispensável para organizar o corpus, permitindo tanto quantificações (como temas gerais das imagens, menções e aparições de atores sociais) quanto análises qualitativas voltadas a identificar nuances discursivas e imagéticas (BAUER, 2015). Cada documento foi codificado de forma teórico-empírica no software ATLAS.ti (versões 7.5.18 e 9.0.21), gerando relatórios que reuniram fragmentos textuais e visuais vinculados às categorias analíticas.

O processo metodológico seguiu as diretrizes de Babbie (2003), Saldaña (2015) e Bardin (2011). Inicialmente, realizou-se uma leitura exploratória — textual e visual — de 60 documentos, abrangendo dez páginas por ano entre 1984 e 1990. Essa “leitura flutuante” permitiu identificar elementos recorrentes e elaborar códigos preliminares. Para validação, 12 documentos adicionais foram submetidos à mesma codificação, assegurando consistência nos critérios aplicados.

No caso das imagens, definiu-se que cada fotografia, charge ou ilustração seria associada a um dos cinco enquadramentos predominantes na cobertura: (1) moral, (2) econômico, (3) político, (4) jurídico. Essa categorização possibilitou observar como o conteúdo visual reforça, tensiona ou complementa os enquadramentos textuais, contribuindo para a fixação de sentidos e memórias coletivas sobre a questão agrária.

Dessa forma, o corpus foi tratado não apenas como um conjunto de textos jornalísticos, mas como uma articulação entre linguagens — verbal e imagética — que, em interação, constroem representações sociais do MST e da reforma agrária no espaço público.

Como afirmam Simões e Mendonça (2012), essa perspectiva propõe examinar o material jornalístico em busca dos enquadramentos. Para os autores, seus ganhos são significativos, pois, ao privilegiar os ângulos discursivos e as interpretações mobilizadas, esse método revela de que maneira os enquadramentos se manifestam. Esse tipo de investigação é essencial para compreender a mídia e, sobretudo, para analisar processos de longa duração, nos quais os enquadramentos se transformam ao longo da história. As análises de conteúdo guiadas pela noção de enquadramento possibilitam operar bases empíricas mais amplas e

complexas (SIMÕES; MENDONÇA, 2012). Frequentemente, a análise de conteúdo reduz enquadramentos a temas facilmente delineáveis e quantificáveis.

Diante da discussão apresentada, a análise do enquadramento é uma perspectiva teórica-metodológica que pode ser conceituada como uma abordagem profícua aos estudos de matérias jornalísticas, visto que evidencia questões implícitas dos textos e torna possível detectar temas, pontos de vistas e aspectos do conteúdo midiático (ARAÚJO, 2017). A abordagem produz resultados que põe em evidência os vieses muitas vezes implícitos dos textos tidos como imparciais do conteúdo midiático (SOARES, 2006).

2. OS ENQUADRAMENTOS MIDIÁTICOS E AS IMAGENS DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO.

Este tópico tem como objetivo apresentar e analisar os enquadramentos adotados pelo jornal *O Estado de S. Paulo* na cobertura da reforma agrária, observando em especial como as imagens — fotografias, charges e ilustrações — reforçam, tensionam ou complementam os sentidos produzidos pelos textos. São examinadas caracterizações visuais, recursos simbólicos, metáforas gráficas e estratégias de representação que, em conjunto com as narrativas jornalísticas, contribuem para a construção de percepções sociais sobre a questão agrária, sobretudo a reforma.

No decorrer da análise, foi possível identificar quatro enquadramentos centrais que estruturam a maneira como o jornal representa a temática: moral, econômico, político, jurídico. Cada um deles organiza não apenas os conteúdos textuais, mas também as escolhas imagéticas, estabelecendo uma lógica própria de significação.

2.1 A REPRESENTAÇÃO IMAGÉTICA DO ENQUADRAMENTO MORAL

O enquadramento moral manifesta-se em imagens que associam os sem-terra à ociosidade, à indisciplina ou ao perigo, frequentemente por meio de fotografias que sugerem descanso ou lazer em acampamentos, ou de charges que caricaturam o movimento como ameaça à ordem social. Nesse sentido, a moralidade opera como lente visual de desqualificação simbólica.

Uma das estratégias discursivas adotadas por *O Estado de S. Paulo* no enquadramento moral consiste em representar as ações dos movimentos sociais, especialmente do MST, como experiências marcadas por aventura, conforto e realização pessoal. Nesse tipo de construção simbólica, a ocupação de terras é retratada com tonalidades de tranquilidade e leveza, inviabilizando os aspectos de tensão política e o conflito estrutural que envolvem a luta pela terra. O resultado é uma narrativa que suaviza a complexidade do processo, substituindo o embate social por imagens de famílias assentadas em situações de aparente despreocupação e harmonia.

Figura 1: Fotografia do dia 14 de outubro de 1987



Figura 3: Fotografia do dia 25 de julho de 1995.



Figura 2: Fotografia do 09 de novembro de 1993.



Figura 4: Fotografia do dia 10 de novembro de 2001.

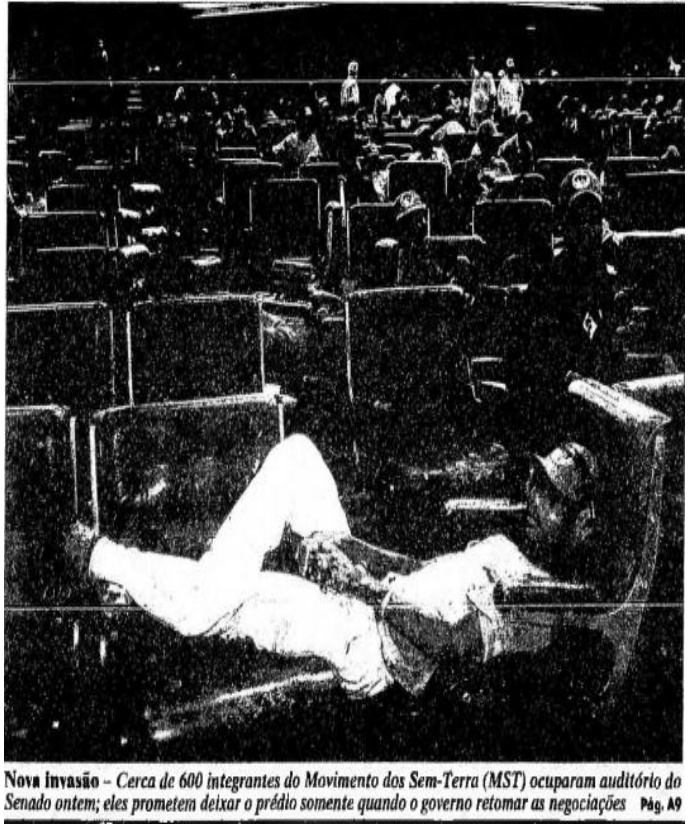


Figura 5: Fotografia do dia 09 de outubro de 2001.



Integrantes do MST protestam na Embrapa: pelo fim do acordo entre empresa e multinacional

Figura 6: Fotografia de 26 de março de 2002.



Reforço - O líder do MST, José Rainha (no centro), que havia prometido invasões, visitou a propriedade ocupada ontem

Figura 7: Fotografia do dia 11 de maio de 2004.



Lados trocados - Sem-terra acampam dentro da sede do Incra em Brasília; do lado de fora, os servidores, em greve, montaram outro acampamento

Figura 8: Fotografia do dia 13 de maio de 2005.



DESCANSO - João Pedro Sticile toma chimarrão em acampamento da marcha do MST a Brasília

Figura 9: Fotografia do dia 11 de maio de 1994.



Figura 11: Fotografia do dia 19 de abril de 2011.



Figura 10: Fotografia do dia 15 de novembro de 1993.

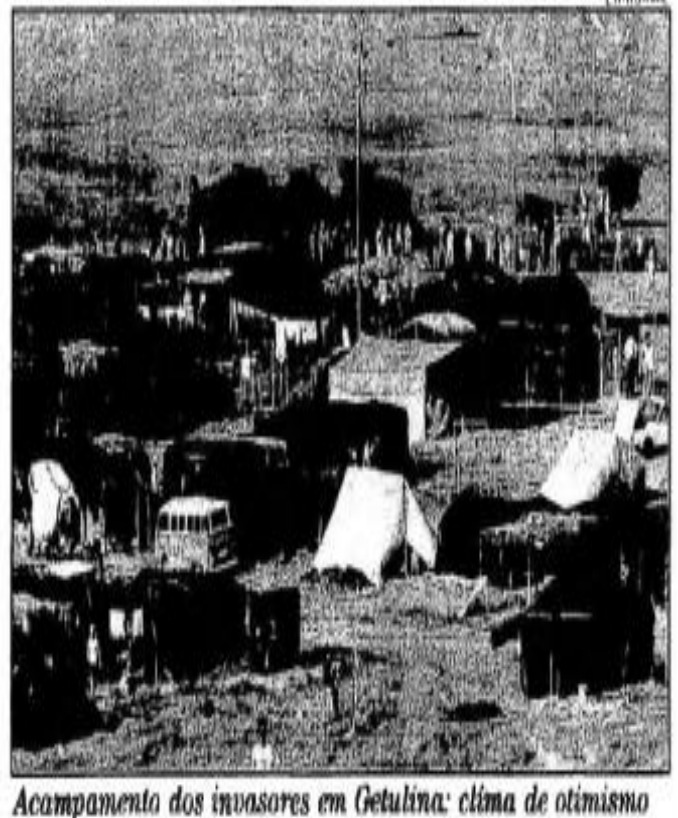


Figura 12: Fotografia do dia 08 de março de 2013.



As imagens analisadas revelam um padrão recorrente na cobertura midiática da questão agrária: a representação dos sem-terra em situações de inatividade, ociosidade e aparente desmobilização. Em primeiro lugar, predominam posturas corporais associadas ao descanso — indivíduos sentados, deitados ou reclinados — o que contribui para a construção simbólica de passividade. Em segundo lugar, os ambientes retratados são despolitizados, como calçadas, recepções de prédios públicos, gramados ou salas vazias, afastando a ocupação de seu caráter político e transformando-a em mera espera burocrática. Terceiro, há uma ênfase no improvisado e na informalidade dos espaços, com colchões no chão, redes e esteiras, o que reforça tanto a precariedade quanto uma ideia de acomodação. Em quarto lugar, as imagens carecem de elementos que remetam à organização coletiva ou à luta — como faixas, cartazes ou discursos — contribuindo para o esvaziamento da dimensão reivindicatória do movimento. Por fim, em várias fotografias nota-se um clima de leveza ou descontração, com sorrisos e conversas, o que suaviza o tom das ações e sugere que os acampamentos seriam espaços de conforto e conveniência, e não de enfrentamento social. Esse conjunto de elementos atua para consolidar um enquadramento visual que deslegitima a luta pela terra ao associá-la à inércia, à dependência do Estado e à ausência de propósito político claro.

Pelo enquadramento moral, os sem-terra são representados como agentes de pânico, tensão e ameaça à ordem social. Amparado em valores tradicionais e normas de conduta, o jornal associa o sujeito sem-terra à desordem e ao medo. Assim, esse grupo é representado como um grupo perigoso, capaz de provocar insegurança tanto ao Estado e aos empresários quanto à população das cidades próximas a assentamentos e ocupações.

Figura 13: Fotografia do dia 11 de outubro de 1985.



Os produtores estão preocupados com a tensão no campo

Figura 15: Fotografia do dia 12 de março de 1989.



Fazenda Santa Elmira: clima de tensão e ameaças

Figura 14: Fotografia do dia 24 de julho de 1985.



A ameaça de invasão dos sem-terra volta a preocupar

Figura 16: Fotografia do dia 16 de junho de 1989.



Sem-terra na fazenda da madeireira Caldato: clima tenso e 80 presos

Figura 17: Fotografia e manchete do dia 31 de dezembro de 1995.



O uso reiterado da expressão — “clima de tensão” — funciona como um dispositivo narrativo que projeta um estado de alerta constante, conferindo aos conflitos agrários uma dimensão de perigo iminente. Nesse enquadramento, os sem-terra deixam de ser sujeitos em luta por direitos e passam a ser representados como símbolos de perturbação e ameaça à ordem social. As imagens publicadas pelo jornal, carregadas desse “clima de tensão”, reforçam essa percepção: fotografias de ocupações de terra com cercas derrubadas, tratores em meio a confrontos ou acampamentos abarrotados de militantes não apenas ilustram os fatos, mas dramatizam o cenário, construindo visualmente a ideia de caos e instabilidade.

Essa representação imagética transforma os conflitos pela terra em crises morais, nas quais os sem-terra são concebidos como agentes ativos da insegurança, do medo e do pânico social. Ao mesmo tempo, tais imagens mobilizam a atenção do leitor, despertando emoções como apreensão e alerta, e consolidam a narrativa de que a presença e a ação dos sem-terra no campo implicam tensão permanente, ameaçando a ordem rural e a tranquilidade das comunidades vizinhas. Dessa forma, a conjunção de texto e imagem funciona como um mecanismo de construção midiática do risco, atribuindo aos sujeitos sem-terra a figura de protagonistas de uma ameaça responsável por tensões e preocupações.

2.2 A REPRESENTAÇÃO IMAGÉTICA DO ENQUADRAMENTO JURÍDICO.

O enquadramento jurídico recorre a representações visuais que destacam a ação das forças de segurança ou o aparato judicial. Fotografias de despejos, prisões e escoltas policiais reforçam a narrativa de ilegalidade e de transgressão, enquadrando as ações do MST como problemas de ordem pública.

No que diz respeito aos conflitos no campo, observa-se uma cobertura jornalística marcada por uma expressiva quantidade de notícias e reportagens dedicadas aos confrontos. Essa ênfase revela uma estratégia discursiva na qual as reintegrações de posse e o cumprimento de mandados judiciais recebem ampla visibilidade, sendo noticiados de maneira recorrente, intensiva e com destaque. Ao priorizar esses episódios, o jornal reforça uma narrativa centrada na legalidade e na manutenção da ordem, deslocando o foco das causas estruturais dos conflitos agrários e privilegiando a dimensão punitiva e repressiva das ações estatais.

A tônica do conflito — especialmente aquele travado entre as forças de segurança do Estado e os integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) — permanece recorrente ao longo de toda a cobertura analisada. É possível identificar uma estratégia deliberada de massificação de reportagens e notícias que reforçam uma narrativa de criminalização do movimento. Nessa lógica, os sem-terra são sistematicamente retratados como invasores, constantemente associados à desordem social e à ameaça à propriedade privada.

Um dos elementos mais reveladores dessa construção discursiva é o modo como os instrumentos típicos do trabalho rural — como pás, enxadas e facões — são representados nas matérias jornalísticas. Em vez de serem reconhecidos como ferramentas indispensáveis à vida no campo, essas ferramentas são frequentemente descritas como armas brancas, o que contribui para a construção simbólica dos trabalhadores como figuras potencialmente perigosas, associadas à violência e ao confronto.

Nessa ótica, a violência contra os sem-terra deixa de ser vista como um desvio ou excesso, e passa a ser naturalizada como resposta legítima à “ameaça” que eles supostamente representam.

Figura 18: Fotografia do dia 09 de agosto de 1990.



Conflicto na Praça: sem terra enfrentam, com foices e pedras, os soldados da Brigada Militar

Figura 20: Fotografia do dia 05 de fevereiro de 2005.



DIA TENSO - Sem-terra, com facões, foices e bodeques nas mãos, são mantidos afastados da Fazenda Coqueiros pela Brigada

Figura 19: Fotografia do dia 24 de maio de 1992.



Despejo iminente

Sem-terras em Iperó: PM reforça esquema para cumprir ordens da Justiça

Figura 21: Fotografia do dia 12 de maio de 1994.



Confronto entre sem-terra e PMs, ontem, em Porto Alegre

Figura 22: Fotografia do dia 10 de agosto de 1988.



Carlos Roggi/AB

A comissão de segurança dos sem-terra: foices para garantir a posse de 1.090 hectares

Figura 23: Fotografia do dia 11 de março de 1989.



Carlos Rodrigues/AB

Invasores na Fazenda Santa Eumira: disposição de resistir ao despejo

Figura 24: Fotografia do dia 27 de abril de 2006.



Fonte: Acervo do Jornal O Estado de S. Paulo

As imagens acima revelam, de forma visualmente contundente, a estratégia discursiva já identificada nos textos: a construção de uma narrativa que associa os sem-terra ao conflito, à violência e à ameaça à ordem social. Nas imagens, há uma recorrente centralização de ferramentas agrícolas como foices, enxadas e facões, não em seu contexto

de uso produtivo, mas como elementos simbólicos de ameaça. Esses instrumentos, fundamentais para o trabalho no campo, são deslocados de sua função original e transformados em emblemas de confronto. O enquadramento fotográfico — com planos fechados, foco em gestos de levantamento das ferramentas ou em situações de enfrentamento — reforça a representação dos sem-terra como figuras potencialmente ameaçadoras.

Além disso, as legendas das imagens desempenham papel crucial nesse processo de criminalização. Termos como “conflito”, “confronto”, “perigo”, “despejo iminente” e “afastados pela Brigada” compõem um vocabulário que ativa a sensação de urgência, insegurança e necessidade de contenção. A linguagem escolhida sugere uma equivalência entre a simples presença dos sem-terra e a desordem, mesmo em imagens que mostram momentos não violentos, como a fotografia em que os integrantes do movimento tocam música com violões — ainda assim categorizada sob o chapéu jornalístico de “conflito”.

Destaca-se que, na narrativa construída pela mídia, as forças de segurança pública — especialmente as Polícias Militares estaduais — desempenham um papel central e estratégico. A análise da cobertura jornalística revela uma expectativa tácita de que essas instituições atuem como linha de frente no enfrentamento aos movimentos sociais e às entidades ligadas à luta pela terra, funcionando como verdadeira “ponta de lança” no combate às ocupações e mobilizações. Nesse contexto, o periódico não apenas legitima, como também incentiva uma concepção de polícia fortemente repressiva, que deve agir com firmeza e prontidão, em conformidade com os critérios de legalidade e ordem definidos pelo próprio discurso editorial. Trata-se de uma abordagem que reforça a ideia de que a segurança pública existe, prioritariamente, para conter e neutralizar qualquer ameaça à estabilidade da estrutura fundiária e da propriedade privada.

Figura 25: Fotografia do dia 13 de fevereiro de 2014.



Nacional. Policial saca spray de pimenta par tentar conter manifestantes do MST que protestaram ontem em frente ao Palácio do Planalto



Acudados. Policiais militares feridos tentam se proteger



Concentração. Multidão se reúne na Esplanada dos Ministérios

Figura 27: Fotografia do dia 12 de junho de 2008.



TENSÃO - MST e do MPA ocuparam duas áreas da Votorantim em protesto contra avanço do eucalipto

Figura 26: Fotografia do dia 04 de julho de 2011.



Insatisfação. MST ocupa sede do Incra no Recife: militantes querem mais agilidade na execução de promessas feitas em abril

Figura 28: Fotografia do dia 25 de julho de 2008.



PROTESTO - Militantes fizeram marcha de Canoas a Porto Alegre para cobrar acordo pelo qual governo federal se comprometeu em assentar mil famílias até abril

Figura 29: Fotografia do dia 18 de maio de 2005.

Figura 30: Fotografia do dia 14 de fevereiro de 1988.

Marcha termina em batalha campal

Sem-terra usaram paus, pedras e mastros de bandeira; os policiais, cassetetes e espadas. Há 50 feridos



EM GUERRA - Em pequeno número, os policiais foram atacados. Depois chegaram reforços e o conflito se espalhou, apesar dos pedidos de calma dos coordenadores da marcha



Os invasores da fazenda da Juta deixam a terra sem reação, quando chega a polícia

A/Presso Rizzatti

Fonte: Acervo do Jornal O Estado de S. Paulo

As imagens acima reiteram, de forma visual, a lógica narrativa do conflito e da ênfase entre os sem-terra e as forças de segurança pública. Em todas elas, a presença ostensiva da polícia — muitas vezes fortemente armada e em posição de contenção — é centralizada como elemento de ordem diante do que se apresenta como ameaça à estabilidade social e fundiária.

Nas imagens observa-se um padrão de composição que divide a cena em dois blocos bem delimitados: de um lado os policiais e do outro os militantes do MST. A câmera posiciona os policiais em primeiro plano, muitas vezes de costas ou de lado, funcionando como um filtro através do qual o público é levado a olhar para os manifestantes. Esse recurso fotográfico cria uma barreira visual e reforça a percepção de que há dois lados opostos, separados por uma linha de tensão.

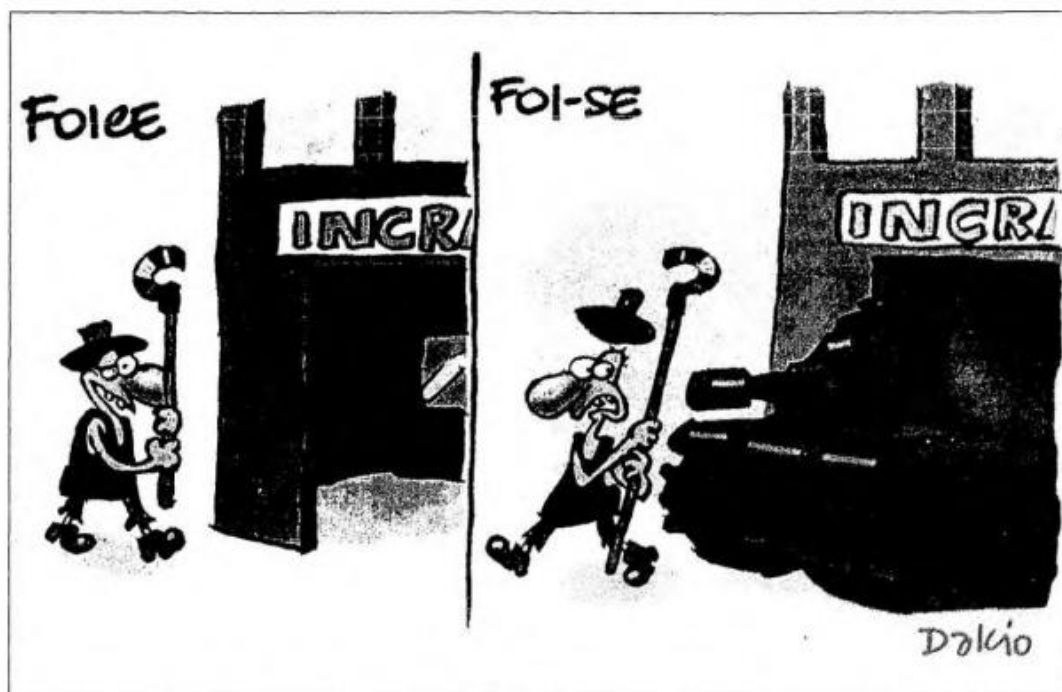
A forma como os grupos são enquadrados atribui significados distintos a cada um: os policiais aparecem organizados, equipados e disciplinados, transmitindo a ideia de contenção e segurança, enquanto os sem-terra são mostrados em grupo, com bandeiras e bonés vermelhos, apresentados como uma massa coletiva em contraste com a ordem militar. Essa divisão reforça a noção de que existe um conflito inevitável e permanente entre os dois lados. As legendas das fotos acentuam essa leitura ao recorrer a expressões como

“insatisfação”, “tensão” e “protesto”, termos que projetam a ideia de instabilidade e reforçam a associação entre o MST e situações de confronto.

Dessa forma, mesmo quando as ações retratadas podem ser pacíficas, a combinação entre texto e imagem constrói uma narrativa de oposição constante, em que a polícia é representada como guardiã da ordem e os militantes como agentes da pressão e da perturbação. O resultado é uma simplificação do conflito social, reduzido a uma cena de enfrentamento direto, que hierarquiza os papéis em disputa e legitima simbolicamente a presença policial como necessária diante da ameaça implícita atribuída ao movimento.

As instituições dos Poderes Judiciário e Executivo também eram alvo de pressões e críticas por parte do *O Estado de S. Paulo*. Um exemplo é o editorial publicado em 2002, no qual se argumenta que o INCRA se abstém de acionar a Justiça para conter as ações do MST. O texto propõe uma reflexão sobre a aparente conivência e inércia das autoridades federais diante da atuação dos movimentos sociais. O editorial revela uma crítica incisiva à postura permissiva adotada por instituições públicas, sugerindo uma tolerância deliberada em relação a essas manifestações.

Figura 31:Fotografia do dia 10 de maio de 2000.



Fonte: Acervo do Jornal O Estado de S. Paulo

No primeiro quadro, a palavra **“foice”** aparece como uma referência direta ao instrumento de trabalho agrícola, que também funciona como símbolo político associado às lutas camponesas. O militante surge sorridente, carregando a foice e se dirigindo ao prédio do Incra. A cena transmite um momento inicial de mobilização, marcado pelo otimismo do militante que, ao se aproximar da instituição, parece acreditar que dali poderá obter respostas ou fazer uma ação de ocupação.

No segundo quadro, a palavra se transforma em **“foi-se”**, indicando frustração e desistência. O mesmo militante aparece desanimado, agora de frente para um tanque de guerra que ocupa a entrada do Incra. A mudança de expressão, do sorriso inicial ao semblante de decepção, reforça a ideia de que a repressão com um veículo de guerra é capaz de afugentar o militante.

Assim, a charge contrapõe dois momentos: o ingresso do militante animado, com a foice como símbolo de trabalho e luta, e a saída frustrada, diante de uma máquina de guerra que bloqueia o acesso. Na ótica do *OESP*, esse contraste revela como o Estado, em vez de responder às demandas sociais com políticas públicas efetivas, frequentemente substitui o diálogo pela repressão. O tanque simboliza a militarização do conflito agrário e denuncia a presença da violência como resposta às reivindicações, transformando um direito legítimo em caso de segurança pública.

2.3 A REPRESENTAÇÃO IMAGÉTICA DO ENQUADRAMENTO POLÍTICO

No enquadramento político, as imagens exploram a dimensão do conflito e da radicalização, exibindo marchas, ocupações e confrontos com forças policiais. Fotografias de manifestações de massa ou de bandeiras vermelhas em frente a prédios públicos sugerem ameaça à democracia e reforçam a ideia de instrumentalização político-ideológica da reforma agrária.

Em relação à reforma agrária, o jornal *OESP* noticiou, ao longo da década de 1980, que as pessoas que aguardavam um lote de terra foram, e continuavam sendo enganadas por promessas políticas.

Figura 32: Fotografia do dia 11 de outubro de 1985



Figura 33: Fotografia do dia 18 de outubro de 1986.



Figura 34: Fotografia do dia 29 de março de 1987.



Figura 35: Fotografia do dia 02 de outubro de 1988.



As imagens constroem uma narrativa convergente em que a reforma agrária é representada como um processo desastroso, baseado em promessas eleitorais irresponsáveis e conduzido sem planejamento ou compromisso real com as populações envolvidas. Os sem-terra aparecem como sujeitos passivos, enganados e abandonados por políticos, sindicalistas e religiosos, vivendo em condições extremas de miséria e sofrimento. Ao mesmo tempo, são retratados como potenciais agentes de violência e construtores do conflito agrário.

As imagens transformam a luta pela terra em ilusão, associando-a a uma promessa enganosa de “facilidade” e ao mesmo tempo naturalizando a violência do despejo como consequência inevitável. A imagem de famílias diante da perda material evidencia sofrimento, mas a legenda enquadra esse sofrimento como resultado de uma ilusão coletiva, não como produto da desigualdade fundiária.

Juntas, as fotografias reforçam um mesmo padrão narrativo: de um lado, trabalhadores apresentados como iludidos ou manipulados; de outro, o fracasso das promessas políticas representado em forma de frustração e derrota. O que está ausente é a dimensão política da luta pela terra — a persistência, a organização e a resistência dos trabalhadores. O que aparece é apenas a fragilidade, a precariedade e o desencanto. O efeito desse enquadramento é claro: ao deslocar o foco da injustiça estrutural para a ideia de sonho enganoso, a mídia enfraquece a legitimidade da luta e despolitiza o conflito agrário, reduzindo-o a erro, ingenuidade ou fracasso.

No enquadramento político, aparecem fotografias e reportagens que enfatizam o questionamento das alianças, da ideologia e das práticas internas do Movimento dos Sem-Terra. Nessa perspectiva, a cobertura jornalística busca expor fragilidades, contradições e condutas consideradas controversas, sugerindo que a atuação do movimento comprometeria não apenas a ordem social e econômica, mas também os princípios democráticos. A narrativa construída tende a deslegitimar suas estratégias, apresentando o MST como um agente de instabilidade, cujas ações não só afrontariam a propriedade e a paz social, mas colocariam em risco as próprias bases da democracia.

Figura 36: Reportagem do dia 29 de outubro de 1995.

Na esquerda, maracutaia é filantropia

O latifúndio improdutivo e os grileiros em geral receberam um reforço para o festival de maracutaias nacionais. Patrocinou-o o líder dos sem-terra José Rainha Júnior (na foto). Tem 34 anos, formou-se nas comunidades eclesiais de base, já ocupou terras em 19 Estados e chefiou as invasões no Pontal do Paranapanema, em São Paulo. Simples na fala, pobre na roupa e ascético nos costumes, teria o perfil do líder dos despossuídos.

Teria. Deve-se ao repórter George Alonso a revelação de que José Rainha Júnior vive de graça com a família e um retrato de Mao Tsé-tung numa casa da Companhia Energética de São Paulo (Cesp) na cidade de Teodoro Sampaio.

Rainha diz que conseguiu o teto porque estava ameaçado de morte, contou seu problema a um deputado (Mauro Braga — PSDB) e disso resultou que lhe ofereceram uma casa de madeira, com 40 metros quadrados, vazia desde o fim das obras da Hidrelétrica de Taquaraçu.

Bragato lembra-se de outra situação. Nela Rainha vinha pedindo uma casa ao prefeito de Teodoro Sampaio, sem ser atendido. Passados nove meses, procurou-o e ele o ajudou. Escreveu à Cesp endossando o pedido, porque "terá importante repercussão no trabalho que desenvolve junto às comunidades do Estado".

No ano passado a Cesp atendeu a dois pedidos de casas feitos pelo prefeito Gérson Caminhoto, do PMDB, depois há dois meses pela Câmara Municipal. Quem encaminhava os pedidos? Décio Caminhoto, da Cesp, irmão de Gérson. Para quem foi a outra casa? Para a ex-mulher do prefeito. Caso típico de articulação das relações pessoais à custa do patrimônio público.



Com uma casa em Teodoro Sampaio e uma gleba de quatro hectares num assentamento vizinho, Rainha é um Com-Teto-e-Terra. Ele não vê nada de errado em morar de graça numa propriedade pública: "Eu não acho justo haver casas vazias se há crianças e famílias sem terem onde morar. Não vejo crime em morar numa casa do governo. Sou um cidadão e pago impostos. O que está errado é haver gente na rua."

Tudo bem, mas, mesmo que todos os cidadãos que pagam impostos tivessem direito a casas do governo, ainda assim Rainha só deveria pegar as chaves da sua depois de ter abrigado todas as crianças e famílias que o comovem. O que está errado, além de haver gente na rua, é haver sem-terra com casa na cidade e gleba no campo.

A casa ocupada por Rainha vale em torno de R\$ 5 mil. Seu aluguel custaria uns R\$ 100 por mês. Dentro da relatividade das maracutaias, com um mês do que o Sebrae gastava nos serviços de consultoria de Henrique Hargreaves, seria possível pagar 20 anos do aluguel de Rainha. O que soa mal no caso do Com-Teto-e-Terra é que, uma vez denunciada a irregularidade de que se beneficiava, as vozes do moralismo nacional se mantiveram em rigoroso silêncio. Hargreaves foi ruidosamente denunciado, se viu demitido da presidência da ECT em menos de uma semana e teve o seu contrato com o Sebrae rescindido em menos de um mês. Rainha não foi censurado e não se sabe o nome de um só notável do denunciamento que lhe tenha sugerido devolver as chaves à Cesp. Como diria o poeta: "PT, onde estás que não respondes?"

O dirigente dos sem-terra admite virar sem-teto e informa: "Se pedirem a casa, eu a devolvo." A Cesp diz que vai fazer isso nos próximos dias.

UM SEM-TERRA QUE TEM GLEBA E TETO

Fonte: Acervo do Jornal O Estado de S. Paulo.

A matéria intitulada “Na esquerda, maracutaia é filantropia” exemplifica a estratégia de deslegitimação político-ideológica do MST. Ao centrar a narrativa na figura de José Rainha Júnior, liderança do movimento, o texto o associa a privilégios indevidos e alianças suspeitas. A imagem utilizada reforça essa construção simbólica: José Rainha aparece com uma auréola santa, tendo ao fundo a bandeira do MST, enquanto pequenos anjos com trombetas apontam para ele — uma representação irônica que sugere falsa santidade e messianismo. A matéria destaca que o líder seria um “Com-Teto-e-Terra” que se beneficiou de artifícios para obter uma casa e uma gleba, insinuando fraude. O texto também critica o suposto silêncio das chamadas “vozes do moralismo nacional” — termo que, no contexto, remete a entidades e movimentos de esquerda — frente a tais práticas. Por fim, a pergunta retórica “PT, onde

estás que não respondes?” evidencia a cobrança recorrente dirigida a partidos de esquerda, reforçando a narrativa de conivência e omissão.

A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e a CPT (Comissão Pastoral da Terra) desempenham um papel relevante nas representações midiáticas analisadas, especialmente nas décadas de 1980 e 1990. É expressivo o número de matérias e textos opinativos publicados pelo *O Estado de S. Paulo* abordando o envolvimento da Igreja com a reforma agrária e a luta dos sem-terra. A CPT se destaca pela produção histórica de relatórios anuais sobre conflitos no campo, amplamente utilizados como fonte de dados e referência na análise das tensões agrárias. Já a CNBB teve papel decisivo na formação — tanto prática quanto teórica — de diversos movimentos sociais, contribuindo para sua organização e fortalecimento. A década de 1980, em particular, foi marcada pelo auge da Teologia da Libertação, que integrava a ação missionária da Igreja com pautas sociais e políticas, aproximando o discurso religioso das demandas populares por justiça social e reforma agrária.

Figura 37: Ilustração do dia 06 de maio de 2000.



Fonte: Acervo do Jornal O Estado de S. Paulo.

Figura 38: Fotografia do dia 24 de junho de 1986.



Figura 39: Fotografia do dia 07 de agosto de 1987.



Figura 40 :Fotografia do dia 14 de fevereiro de 1988.



Fonte: Acervo do Jornal O Estado de S. Paulo.

A charge da figura 37 cristaliza aquilo que o *O Estado de S. Paulo* tentou fixar por décadas: a oposição entre a “Igreja verdadeira” e a “Igreja ideológica”. De um lado, o padre com a cruz, símbolo de uma fé espiritual, obediente a Roma e alheia à política. Do outro, o padre com a bandeira, que representa a “Igreja progressista” apoiada na Teologia da

Libertação, acusada de abandonar o evangelho para militar ao lado do MST e de projetos marxistas.

Essa construção não era apenas teológica, mas política. O jornal se engajou numa verdadeira cruzada contra a CNBB, retratando-a como um poder paralelo — o chamado “poder eclesiástico marxista” — que ameaçava a ordem, a propriedade privada e a própria soberania do Estado. Ao rotular bispos e padres progressistas como “agitadores”, “padres alienígenas” ou “cristomarxistas”, o jornal fabricava uma narrativa de traição: a cruz de Cristo teria sido trocada pela bandeira da revolução.

Assim, a imagem é o resumo gráfico de uma longa batalha simbólica: o esforço do jornal em separar a Igreja em duas, deslegitimando a ala engajada na reforma agrária e reforçando que apenas a Igreja da cruz — espiritual, neutra e hierárquica — seria a autêntica.

Nos editoriais, o *O Estado de S. Paulo* constrói uma narrativa que separa a Igreja em duas: de um lado, a “Igreja verdadeira”, fiel a Roma, espiritual e neutra; de outro, a “Igreja ideológica”, identificada com a CNBB, a CPT e a Teologia da Libertação. Essa segunda vertente é acusada de trair o evangelho ao se engajar em causas sociais e agrárias, transformando-se num “partido da Igreja” ou mesmo num “poder eclesiástico marxista”, paralelo ao Executivo, Legislativo e Judiciário. Para reforçar esse enquadramento, o jornal recorre a estratégias de ridicularização, chamando padres progressistas de “alienígenas”, ironizando greves de fome como “dietas para combater a obesidade” e tratando as propostas da CNBB como projetos “soviéticos” ou ideias de “inferno cheio de boas intenções”. Além disso, qualquer ação pastoral em favor dos sem-terra é classificada como manipulação ideológica, como ocorreu com a Campanha da Fraternidade de 1986 ou com o assassinato da irmã Dorothy Stang em 2005. Assim, a lógica dos editoriais é clara: reduzir a CNBB e a Teologia da Libertação a um desvio político-marxista, deslegitimando sua autoridade moral e espiritual, e reafirmar que apenas a Igreja da cruz — espiritual, obediente e hierárquica — seria legítima e verdadeira.

2.4 A REPRESENTAÇÃO IMAGÉTICA DO ENQUADRAMENTO ECONÔMICO

Um eixo argumentativo recorrente, tanto no jornal quanto nas entidades ruralistas, é a atribuição ao agronegócio da responsabilidade exclusiva pelo abastecimento do país. Em maio de 1985, o então presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Flávio Brito, afirmou: “Não somos contra o governo, nem estamos querendo estimular qualquer tipo de agitação. Apenas somos responsáveis pelo abastecimento do país.” Essa linha

discursiva, que destaca o papel central do agronegócio no fornecimento de alimentos para o mercado interno e para exportação, permeou de forma significativa o debate público ao longo de toda a década de 1980.

Se, por um lado, os ruralistas são apresentados como produtivos e responsáveis pelo abastecimento do país, a ótica midiática e a estratégia discursiva adotada delimitam rigidamente quem pode ser considerado um produtor rural legítimo e colaborativo nesse processo

A retórica utilizada constrói a imagem de um setor rural ameaçado em suas bases: de um lado, o empresário agrícola vê-se em constante risco de desapropriação, mesmo em contextos de “tensões artificiais”; de outro, a liberdade de empreender — pilar da economia de mercado — é representada como sufocada por uma política pública que, em lugar de fomentar a produção, instaura a incerteza jurídica e a instabilidade institucional. Essa narrativa insere a reforma agrária como um “instrumento do caos”, articulado por atores políticos e sociais que, segundo o texto, operam à margem da legalidade. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra é enquadrado como agente desestabilizador, responsável por promover ocupações e pressionar o Estado através de “formas de pressão” ilegítimas. A metáfora da “invasão domiciliar” aproxima o movimento de práticas criminosas, ampliando a carga simbólica negativa do discurso

Figura 41: Ilustração do dia 30 de novembro de 1995.

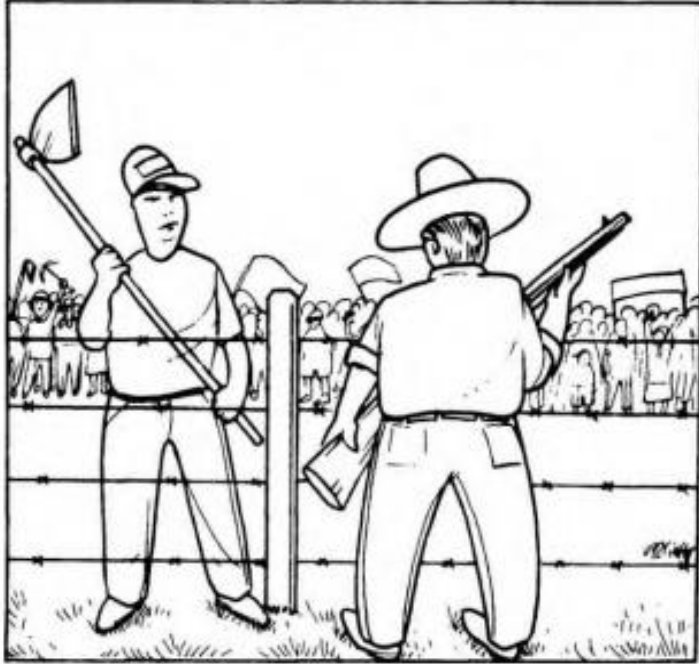


Figura 42: Ilustração do dia 11 de março de 2003.



Figura 43: Ilustração do dia 20 de agosto de 1996.

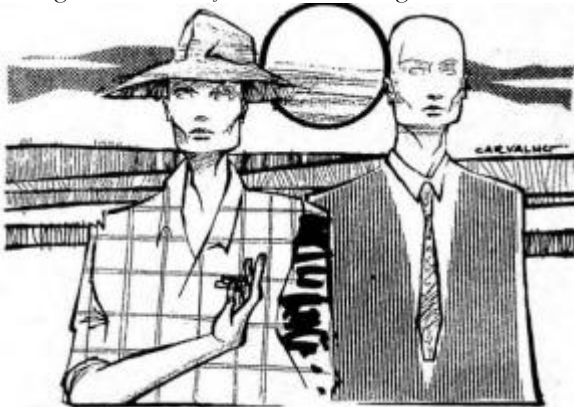
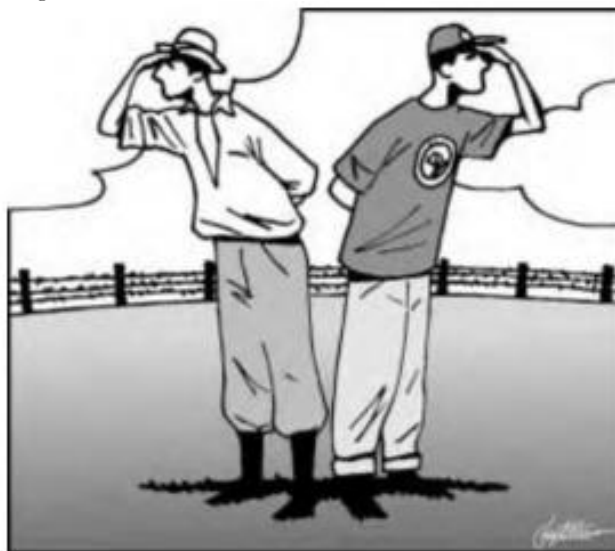


Figura 44: Ilustração do dia 16 de junho de 2004.



Figura 45: Ilustração do dia 11 de maio de 2004.



Fonte: Acervo do Jornal O Estado de S. Paulo.

As charges apresentadas evidenciam como o discurso visual opera de modo análogo ao jornalístico, ao reforçar enquadramentos que naturalizam a propriedade privada e projetam o sem-terra como ameaça. Em todas as imagens, a cerca de arame farpado surge como elemento central, simbolizando não apenas a delimitação física da terra, mas também a fronteira moral e política que separa os “proprietários legítimos” dos “invasores”. Essa estética da cerca transforma a questão agrária em um campo de vigilância e defesa, apagando os processos históricos de concentração fundiária que fundamentam a luta pela reforma agrária.

Essas imagens condensam a cruzada simbólica do jornal: a luta pela terra nunca é apresentada como busca por justiça social ou direito histórico, mas como ameaça à propriedade, desordem e violência. O fazendeiro aparece como defensor da paz, enquanto o sem-terra surge como agente de tensão. As cercas, as armas, as costas voltadas e o gesto de “parem” reforçam o enquadramento: a reforma agrária é o risco de transformar o campo produtivo em campo de batalha.

Essas charges são representações gráficas do enquadramento construído pelo *O Estado de S. Paulo*. De um lado, o sem-terra aparece sempre associado à desordem, ao confronto e à incapacidade produtiva — ora empunhando a enxada como símbolo de invasão, ora de costas, em impasse, ou acompanhado de multidões que ameaçam a paz no campo. De outro, o fazendeiro é constantemente figurado como o guardião da lei, da tranquilidade e da produtividade — armado para se defender, controlando o espaço com o gesto de “parem”, ou em posição de quem olha para frente, como se fosse ele o verdadeiro responsável pelo futuro.

Assim, o jornal se engaja em uma operação discursiva que vai além da notícia: ele fabrica dois personagens antagônicos. O empresário rural e suas entidades patronais são construídos como pilares da economia e da ordem, defensores da livre iniciativa e do abastecimento nacional. Já o sem-terra é enquadrado como agente do caos, improdutivo, manipulado por interesses ideológicos e incompatível com a lógica da modernização agrícola. O contraste entre enxada e espingarda, entre cercas e bandeiras, entre ordem e intranquilidade, condensa a narrativa editorial que criminaliza a reforma agrária e transforma o latifundiário em símbolo de estabilidade social.

3. UMA INTERPRETAÇÃO TEÓRICA DOS DADOS.

A análise do material evidencia que a cobertura de *O Estado de S. Paulo* sobre a questão agrária não se limita ao registro factual, mas constitui um processo ativo de produção simbólica. A partir da noção de enquadramento (*framing*), conforme formulada por Entman (1993) e Porto (2004), observa-se que o jornal seleciona, organiza e hierarquiza aspectos da realidade agrária, conferindo sentidos específicos e produzindo efeitos de naturalização.

Os grandes enquadramentos aqui analisados agruparam e organizaram os principais temas presentes na cobertura. Em cada um deles, emergem subtemas, argumentos e abordagens específicas, que permitem observar e analisar de que forma *O Estado de S. Paulo* selecionou os fatos e construiu narrativas sobre a reforma agrária, suas entidades e os movimentos a ela associados por meio de imagens. A estrutura dos enquadramentos não é rígida: em muitos casos, uma mesma imagem poderia ser classificada simultaneamente como político e econômico. Ainda assim, foi possível identificar tendências nítidas ao longo do material analisado.

Os dados revelam que o jornal atua, ao longo dos 30 anos analisados, como um agente que vai além da função de mero veículo de comunicação ou canal informativo imparcial. É explícito que *O Estado de S. Paulo* operou — e ainda opera — como força de contenção em relação aos sem-terra, agindo ativamente para barrar e desidratar os projetos de reforma agrária.

Sua atuação, multifacetada e persistente, evidencia o fôlego com que o jornal acompanha e intervém nesse debate. Trata-se de dezenas de narrativas produzidas com frequência intensa, muitas vezes no mesmo mês, semana ou até no mesmo dia, o que demonstra não apenas seu alcance e poder, mas também o alto grau de engajamento editorial na tentativa de frear a reforma agrária e agendar a questão agrária.

A complexidade dos enquadramentos e a multiplicidade de argumentações presentes em cada um deles sustentam uma perspectiva sistematicamente contrária à reforma agrária no Brasil. Além disso, suprimem-se as desigualdades históricas que marcam o campo brasileiro. Há, na verdade, um silenciamento e um apagamento de questões estruturais de ordem histórica e econômica, responsáveis por intensas assimetrias sociais no meio rural. A questão agrária é abordada a partir de um conjunto de valores e princípios idealizados, e todas as pautas a ela relacionadas — sejam ambientais, produtivas, fundiárias ou políticas —

são mobilizadas no sentido de construir uma narrativa segundo a qual apenas o agronegócio seria capaz de garantir ordem, tradição e produtividade. Nesse contexto, o jornal transfere a responsabilidade por toda a problemática agrária aos sem-terra e à própria proposta de reforma agrária.

Diferentemente de uma abordagem centrada em um único evento, movimento social ou período político, as construções multitemáticas contrárias à reforma agrária operam como um sistema de enquadramentos complexos e adaptativos, que articula diferentes argumentos para atingir variados públicos e contextos. Dessa forma, o jornal amplia seu alcance na sociedade e na opinião pública em geral. A diversidade temática dos conteúdos oferecidos permite contemplar leitores de distintas orientações. Assim, a reforma agrária pode ser atacada simultaneamente por sua suposta inviabilidade econômica, por alegadas ilegalidades, por impactos ambientais negativos, por afrontas à moral e à tradição, ou ainda por representar uma ameaça à ordem pública.

Um aspecto central dos dados analisados refere-se à presença sistemática de dicotomias e oposições, que dialogam diretamente com o que Stuart Hall (2016) conceitua como oposições binárias na produção de sentidos e significados. O *OESP* investe de maneira massiva na construção de pares antagônicos como ordem vs. subversão, empresários vs. sem-terra, verdadeira Igreja vs. Igreja marxista, produtividade vs. improdutividade. Segundo Hall (2016), nas operações binárias, um dos polos é sempre dominante, exercendo primazia simbólica sobre o outro. No caso em questão, o polo hegemônico é representado pelos empresários rurais e por uma ordem social idealizada, na qual a reforma agrária é ausente ou indesejável.

Nota-se, nesse contexto, o uso sistemático de um recurso discursivo voltado à deslegitimação do polo subordinado. A esse mecanismo denomino construção narrativa demolitória, que consiste em uma estratégia retórica recorrente no discurso do *OESP*: por meio da articulação binária e hierarquizada de campos sociais, um dos polos é progressivamente demolido, enquanto o outro é alçado à condição de modelo legítimo — símbolo de ordem, produtividade, valores democráticos e do interesse nacional. Trata-se de uma operação ideológica que sustenta a desqualificação contínua de um campo social, ao passo que confere legitimidade e prestígio ao seu oposto.

Essa representação pode ser lida, à luz de Stuart Hall (2016), como a produção de um significante vazio, preenchido unicamente por atributos negativos. Trata-se de um “outro” discursivamente fabricado para reafirmar e reforçar as fronteiras simbólicas da

ordem social, econômica e política que o jornal defende. Ao esvaziar o sujeito de qualquer positividade, o discurso não apenas o exclui, mas o converte em ameaça estrutural à estabilidade da sociedade idealizada.

Conforme revelam os dados, a figura do “outro” é mobilizada na construção de um mundo distópico, marcado por condições exclusivamente negativas. Nesse cenário, a reforma agrária funciona como elo simbólico entre esse “outro” e o caos total representado pela mídia. Trata-se de um elemento catalisador, apresentado como o vetor de transformação de uma ordem social legítima em uma nova sociedade onde os valores são invertidos e todas as mazelas — sociais, econômicas, ambientais e políticas — ganham terreno e triunfam.

Figura 46: Ilustração do dia 05 de outubro de 1995.



Hora da megainvasão?

Figura 47: Ilustração do dia 28 de setembro de 1995



Fonte: Acervo do Jornal O Estado de S. Paulo.

Figura 48: Ilustração do dia 11 de fevereiro de 1994.



Figura 49: Ilustração do dia 24 de fevereiro de 1994.



Fonte: Acervo do Jornal O Estado de S. Paulo.

Essas imagens são um exemplo cristalino de como o *O Estado de S. Paulo* construiu o sem-terra como o “Outro” ameaçador, valendo-se de uma estética que remete ao grotesco, ao monstruoso e ao disforme.

A análise das charges revela um padrão consistente de desumanização e criminalização do sem-terra, que é construído midiaticamente como o “Outro” ameaçador. Em algumas representações, os corpos aparecem grotescos, deformados e híbridos, lembrando monstros ou líquens, metáforas visuais que operam no registro da patologia e da degeneração social, inscrevendo o sem-terra fora da humanidade legítima. Em outras imagens, essa alteridade se expressa pela animalização: feições brutais e bestializadas evocam a ideia de um sujeito bárbaro, irracional e incapaz de civilidade. Por fim, em charges que mobilizam o discurso da “megainvasão”, os trabalhadores rurais são representados como exército paralelo, com enxadas e foices transformadas em armas, configurando uma massa coletiva de caráter militarizado e ameaçador

Na terceira charge, os corpos dos sem-terra aparecem metamorfoseados em criaturas híbridas — lembrando monstros, parasitas, líquens ou organismos degenerados. Essa deformidade corporal não é acidental: é um recurso de desumanização que inscreve o sem-terra fora da ordem civilizada, como um ser que não pertence à categoria de “humanidade legítima”. A figura do “líquen” aqui é simbólica: assim como o líquen cresce sobre superfícies

e se espalha em ambientes adversos, os sem-terra são representados como pragas, organismos parasitários que ameaçam invadir e corroer a propriedade privada.

Na quarta imagem, a desumanização continua: os rostos são exagerados, bestializados, com expressões animais, evocando a ideia de um corpo social degenerado. O sem-terra deixa de ser trabalhador rural e passa a ser associado ao bárbaro, ao irracional e ao perigoso, em contraste com o empresário rural e as entidades patronais que o jornal retrata como legítimos representantes da ordem e da modernidade.

As imagens acima retratam como o “outro” é submetido a um processo de aniquilação simbólica (TUCHMAN, 1979), trata-se do modo como a produção cultural e as representações midiáticas silenciam, marginalizam, excluem ou banalizam determinados grupos sociais. No caso do sem-terra — transformado em “sem-tudo” — o “sem-tudo” não é apenas desprovido de terra, mas também de legitimidade, produtividade, racionalidade, moralidade e pertencimento — tornando-se, assim, um anti-sujeito, uma figura absolutamente desviante.

A construção da reforma agrária como um limite intransponível — seja para o Estado, os governos ou os movimentos sociais — pode ser compreendida, em grande medida, por seu caráter profundamente político e transformador. Como observa Carter (2010), os obstáculos à sua implementação não se restringem a questões técnicas ou operacionais, mas refletem disputas estruturais de poder que atravessam o tecido social. Tais disputas envolvem o acesso ao Estado, embates econômicos e conflitos em torno da noção de produtividade, manifestando-se nas tensões entre o agronegócio, a agricultura familiar, a agroecologia, os sistemas orgânicos e a distribuição de recursos públicos, como crédito e financiamento.

Além desses aspectos, as resistências à reforma agrária estão profundamente enraizadas em mecanismos históricos de exclusão, que restringem tanto a representação política quanto o acesso à justiça social por parte dos grupos marginalizados. Entre os principais entraves, destacam-se a permanência de práticas patrimonialistas e clientelistas, bem como a forte influência da elite agrária no Congresso Nacional, especialmente por meio da atuação da Frente Parlamentar Agropecuária.

Para além das dimensões econômicas e institucionais, a reforma agrária possui um potente significado simbólico de transformação social. Trata-se de uma pauta que desafia a estrutura hierarquizada da sociedade brasileira, propondo um redesenho dos lugares sociais historicamente atribuídos às classes populares. Não por acaso, o jornal *O Estado de S. Paulo*

interpreta essa proposta como uma ameaça à ordem moral tradicional, entendida como a preservação de cada um “em seu devido lugar”. A reforma, como o próprio nome indica, busca não apenas a redistribuição da terra, mas a reconfiguração das relações sociais, políticas e culturais, promovendo inclusão, participação ativa e dignidade (MARTINS, 1999).

Deste modo, a reforma agrária e os elementos que a compõem — como a luta pela terra, a reordenação fundiária, a ascensão dos pobres e a atuação de organizações sociais — são enquadrados por *O Estado de S. Paulo* como ameaças diretas a um conjunto de valores que o jornal historicamente defende. A manutenção desses valores se dá pelas próprias páginas do periódico, que operam como espaços de reprodução simbólica da ordem.

Cabe ressaltar que a recusa ao debate e a desconstrução midiática dos sujeitos são elementos centrais no processo de estigmatização e invalidação de seus projetos políticos. É necessário refletir sobre o modo como essa operação se dá: a destruição simbólica dos mediadores — como movimentos sociais, lideranças ou entidades — emerge como estratégia de deslegitimação política. Exemplo disso são manchetes como “Na esquerda, maracutaia é filantropia”. Tal narrativa constrói os sem-terra como sujeitos esvaziados politicamente, manipulados por lideranças que não mais representariam os interesses do grupo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se propôs a analisar a representação imagética da questão agrária no jornal *O Estado de S. Paulo* (OESP) entre 1984 e 2014, investigando como a visualidade — fotografias, ilustrações e charges — participou da construção de significados e da disputa simbólica em torno da reforma agrária. A análise de um vasto corpus de 500 imagens, fundamentada na teoria dos enquadramentos midiáticos, revelou que o jornal não apenas noticiou os fatos, mas atuou como um agente político ativo, mobilizando um conjunto robusto e persistente de narrativas textuais e visuais para deslegitimar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e a própria agenda da reforma agrária.

A pesquisa identificou quatro enquadramentos predominantes que estruturaram a cobertura do OESP: o moral, o econômico, o jurídico e o político. Cada um desses frames foi consistentemente reforçado por meio de escolhas imagéticas estratégicas. O enquadramento moral associou os sem-terra à desordem, à ociosidade e à ameaça aos valores tradicionais, utilizando imagens que retratavam acampamentos como espaços de lazer e aventura, esvaziando a dimensão do conflito social. O enquadramento econômico contrapôs a reforma agrária à suposta eficiência e modernidade do agronegócio, representando visualmente o MST como um entrave ao progresso nacional. Já o enquadramento jurídico

criminalizou as ações do movimento, com fotografias e charges que enfatizavam a ilegalidade das ocupações e a violação da propriedade privada. Por fim, o enquadramento político vinculou o MST a ideologias radicais e à subversão da ordem democrática, utilizando recursos visuais para retratar seus membros como massa de manobra e suas lideranças como figuras perigosas.

A articulação sistemática entre texto e imagem demonstrou que O Estado de S. Paulo, em linha com sua histórica ligação com as elites agrárias, não se limitou a uma cobertura imparcial. Pelo contrário, o jornal engajou-se em uma verdadeira cruzada simbólica, empregando seu poder de agenda e sua capacidade de construir percepções coletivas para fixar no imaginário social uma visão negativa da luta pela terra. As imagens não foram meras ilustrações, mas elementos centrais na produção de sentidos, condensando argumentos, evocando emoções e solidificando estigmas que perduram até hoje.

Em grande medida, o jornal aciona medos profundos e pavores latentes no leitor e na opinião pública. Não há espaço para a reparação histórica por meio da reforma agrária, tampouco para o diálogo democrático. Há apenas o medo, a reação e a contenção. A brutalidade com que os sem-terra são tratados pelo jornal não é casual: ela ecoa uma longa história de violência dirigida à população camponesa no Brasil, marcada por chacinas, despejos e violações sistemáticas.

Ao desvelar como a linguagem visual opera como um dispositivo de poder na mídia, este artigo contribui para a compreensão do papel da imprensa nas disputas sociais e políticas no Brasil. A análise evidencia que a questão agrária é, também, uma batalha de narrativas, na qual os enquadramentos midiáticos são armas poderosas na luta pela hegemonia.

REFERÊNCIAS.

A DIVISÃO da Igreja. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 6 maio 2000. Notas e Informações, p. A3.

A INDÚSTRIA das ocupações, negócio de especialistas. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 14 fev. 1988. Os invasores, p. 21.

A MILITÂNCIA se exercita. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 24 fev. 1994. Notas e Informações, p. A3.

A REFORMA das atitudes. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 28 set. 1995. Notas e Informações, p. A3.

AÇÕES contra agronegócio seguem em três Estados. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 12 jun. 2008. Nacional, p. A13.

AGÊNCIA ESTADO. Igrejas incitam à invasão, denunciam produtores. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 24 jul. 1985, p. 9.

AGÊNCIA ESTADO. MST ganha força com novos assentamentos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 10 maio 2000. Questão Agrária, p. A19.

AGÊNCIA ESTADO. O sonho da terra, um desencanto. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 29 mar. 1987. Noticiário Geral, p. 24.

AGÊNCIA ESTADO. Pastoral da Terra prega luta e invasão. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 7 ago. 1987. Noticiário Geral, p. 12.

AGÊNCIA ESTADO. Sem-terra invadem no Sul áreas do governo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 14 out. 1987. Noticiário Geral, p. 11.

AGÊNCIA ESTADO. Técnicos do Incra inspecionam fazendas invadidas em Getulina. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 15 nov. 1993. Geral, p. A13.

ARRUDA, Roldão. MST busca apoio na OEA e na ONU. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 25 jul. 2008. Nacional, p. A6.

ARAÚJO, Valmir Teixeira. Contribuições da análise do enquadramento noticioso pra as pesquisas em comunicação. **Temática**, Ano XIII, n.05, p. 1-16, 2017.

ARRUDA, Roldão. MST cobra nomeações no Incra e critica Dilma. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 4 jul. 2011. Nacional, p. A6.

BABBIE, E. A Conceituação e Desenho de Instrumentos. In: **Métodos de Pesquisas de Survey**. Belo Horizonte: UFMG, 2003, p. 179-211.

BARDIN L. **Análise de conteúdo – Edição revista e ampliada**. Lisboa: Edições 70. 2011.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W., GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015. P. 189-217.

CARTER, Miguel. Desigualdade social, democracia e reforma agrária no Brasil. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social. O MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

DECAT, Erich; NOSSA, Leonencio. MST protesta contra Dilma, Supremo e americanos; tumulto deixa 24 feridos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13 fev. 2014. Política, p. A6.

DÉCIMO, Tiago. MP na Bahia contesta doação a sem-terra. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19 abr. 2011. Nacional, p. A9.

EM represália a prisões, MST invade terras de amigo de FHC. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 26 mar. 2002. Capa, p. A1.

ENTMAN, Robert M. Framing: Towards clarification of a fractured paradigm. **McQuail's reader in mass communication theory**, v. 390, p. 397, 1993.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina – PROLAM/USP, 2021. Disponível em: <https://sites.usp.br/prolam/questao-agraria/>. Acesso em: 31 jul. 2025.

FRANSCISQUINI, Renato. A sociedade civil e os meios de comunicação. Uma leitura crítica da teoria habermasiana. **Revista Eletrônica dos Pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC**. V.4, n.2, mês, p. 01-19. 2008.

FURTADO, Teresa. Invasores resistem a decisão judicial. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 10 ago. 1988. Nacional, p. 13.

GASPARI, Elio. Na esquerda, maracutaia é filantropia. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 29 out. 1995, p. A19.

GRAZIANO, Xico. Procuram-se latifúndios. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 11 maio 2004. Espaço Aberto, p. A2.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Apicuri, 2016. 260 p.

HORA da megainvasão? **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 5 out. 1995. Notas e Informações, p. A3.

LERRER, Débora Franco. Os silêncios do conflito da Praça da Matriz. **Lumina**. Juiz de Fora-Facom/UFJF, v. 6, n. 1/2, p. 93-112, 2003.

LUIZ, Edson. Sem-terra invadem empresa do governo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 9 out. 2001. Questão Agrária, p. A12.

MARCHA termina em batalha campal. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 18 maio 2005. Capa, p. A1.

MARTINS, José de Souza. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a História possível. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 97-128, out. 1999. Publicado em fev. 2000.

MENDES, Vannildo; BERGAMASCO, Débora. Senadora vira alvo de invasão do MST. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 8 mar. 2013. Nacional, p. A6.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, p. 187-201, 2012.

MORAES, Alexandre de. Estado de Direito e reforma agrária. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 11 mar. 2003. Espaço Aberto, p. A2

MOREIRA, Delmo. Fazenda invadida vive clima de guerra. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 11 mar. 1989. Geral, p. 11.

PEIXOTO, S. E. A. A. **A Reforma Agrária no Brasil: uma leitura das décadas de 1990 e 2000**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Orientador: Prof^o Dr^o Antônio da Silva Câmara. Salvador, BA: UFBA. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2017.

POLICIAL morre em luta com sem-terra no RS. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 9 ago. 1990. Geral, p. 21.

POLÍTICOS e sindicalistas persuadiram invasores. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 11 out. 1985. Reforma Agrária, p. 13.

POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. Editora Elefante, 2021.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, Antonio A (org.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, p. 73-104, 2004.

REFORMA agrária começa com 37 desapropriações. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 24 jun. 1986. Capa, p. 1.

RODRIGUES, Roberto. Quem é quem no campo? **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 20 ago. 1996. Espaço Aberto, p. A2.

RYDLE, Carlos. Sem-terra invadem a sede do Incra em SP. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 9 nov. 1993. Geral, p. A14.

SALDAÑA, Johnny M. **The Coding Manual for Qualitative Researchers**. 3. ed. London: SAGE Publications, 2015.

SATO, Sandra. Sem-terra divulgam lista de 1.227 produtores rurais devedores do BB. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 25 jul. 1995. Economia, p. B9.

SEM-TERRA acusados são presos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 16 jun. 1989. Terras, p. 12.

SEM-TERRA invadem prédio da Receita Federal em São Paulo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 11 maio 1994. Geral, p. A13.

SEM-TERRA ocupam a sede do Incra no DF. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 11 maio 2004. Capa, p. A1.

SEM-TERRA: Perigo na Fazenda Invadida. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 27 abr. 2006. Capa, p. A1.

SEM-TERRA suspeito de assassinato é preso. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 12 maio 1994. Geral, p. A18.

SEVERIANO, Mylton. **Nascidos para perder. História do Estadão, jornal da família Mesquita que tentou tomar o poder pelo poder das palavras - e das armas.** Florianópolis: Editora Insular, 2012.

SOARES, Murilo Cesar. Análise de Enquadramento. In: DUARTE, Jorge, BARROS, Antonio (orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação.** São Paulo: Editora Atlas, 2006.

TENSÃO no campo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 31 dez. 1995. Geral, p. X6.

TEIXEIRA, Ariosto. Sem-terra pedem ajuda ao governo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 2 out. 1988. Nacional, p. 25.

TOMAZELA, José Maria. Lula receberá MST e vai ouvir ataques à política econômica. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13 maio 2005. Nacional, p. A10.

TOMAZELA, José Maria. PM reforça ação em área invadida. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 24 maio 1992. Terras, p. 15.

TUCHMAN, Gaye. Women's depiction by the mass media. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, Chicago, v. 4, n. 3, p. 528–542, 1979.

USAR o bom senso. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 30 nov. 1995. Notas e Informações, p. A3.

VIOLÊNCIA organizada. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 11 fev. 1994. Notas e Informações, p. A3.

YAMAMOTO, Luiz K. Reforma agrária e agronegócio. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 16 jun. 2004. Caderno Agrícola, p. G2.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA: Todo o conjunto de dados utilizado foi retirado do Acervo Estadão do jornal O Estado de S. Paulo.

FINANCIAMENTO: O presente trabalho com apoio de bolsa de doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Processo nº 88887.480453/2020-00.

CONFLITO DE INTERESSES :O Autor declara que não há conflito de interesse a mencionar.

CONTRIBUIÇÃO DO AUTOR: O autor se responsabiliza por todo o texto. Pesquisa de autoria individual.

MINIBIOGRAFIAS DO AUTOR DO PAPER:

Paulo Henrique Dantas é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da UNICAMP, mestre em Ciências Sociais pela UFBA. Atualmente está lotado na Superintendência de Desenvolvimento Agrário (SDA) do governo da Bahia.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.